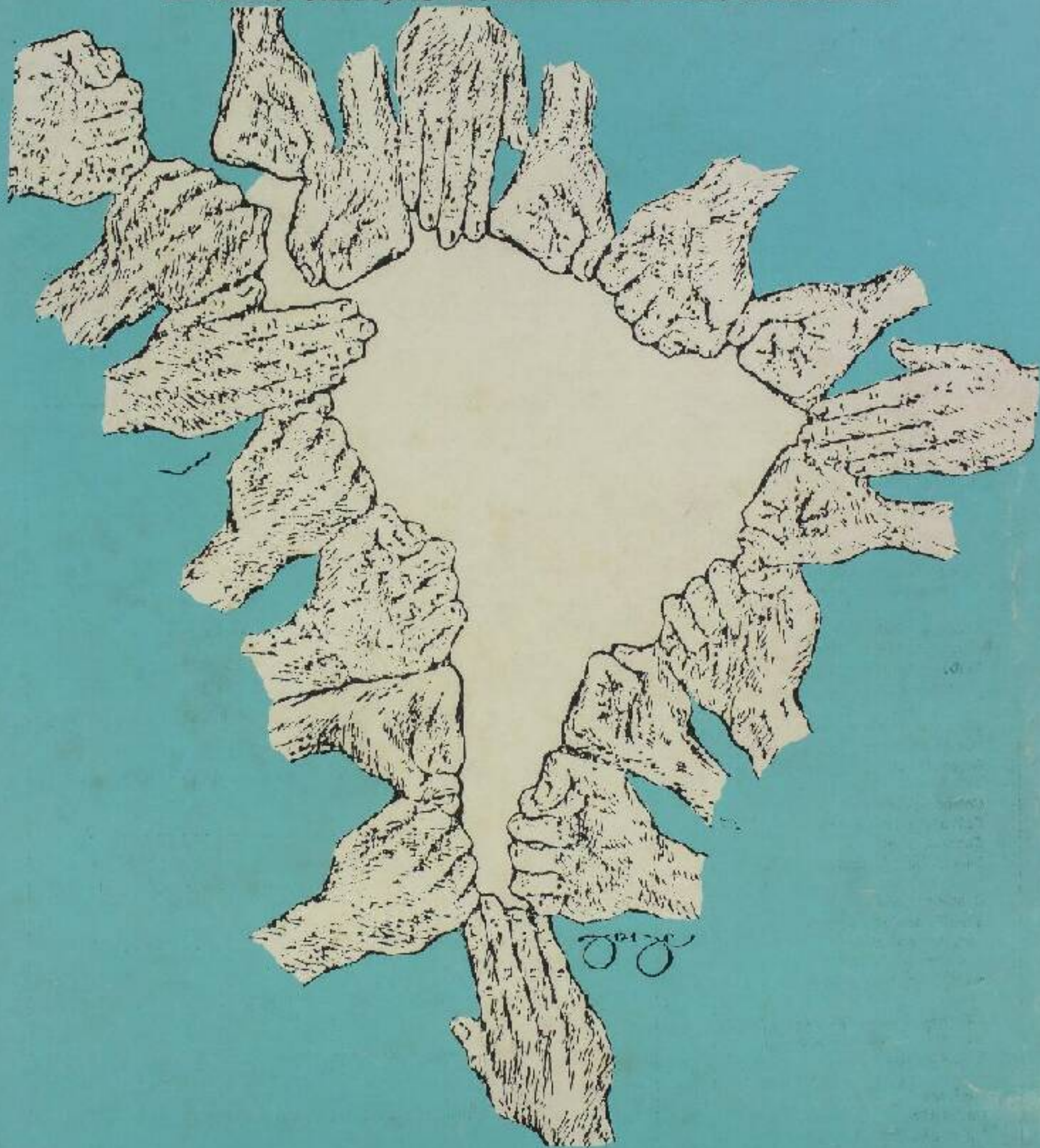


**NÃO-VIOLÊNCIA ATIVA: UMA ALTERNATIVA REVOLUCIONÁRIA
DE TRANSFORMAÇÃO DA REALIDADE LATINO-AMERICANA**



SERVIÇO NACIONAL JUSTIÇA E NÃO-VIOLÊNCIA

SERPAJ-BRASIL

ANO I - AGOS./DEZ. - 1989 - Nº 1

SERPAJ-BRASIL

Redator Responsável

Marco Antonio Gonçalves

Equipe de Redação

Marco Antonio Gonçalves

Norberto Chemin

Ricardo Wangen

Crouza Rosa Maciel

Silvia Teresinha Gonçalves

Reine Luis Lobrag

Augustino Veit

Colaboradores

Edécio Vigna de Oliveira

Carlos C. Avelino

Tânia Regina Zamberlam

Comité Editorial

Silvia Teresinha Gonçalves

Tânia Regina Zamberlam

Norberto Chemin

Maria Clóara Alves da Silva

Diagramação e Composição

Artexto – Serviços Gráficos e Editoriais Ltda.

Impressão

De Zorzi S/A

Indústria Gráfica

Material informativo de circulação interna

Revista sob a responsabilidade
do Serviço Nacional Justiça e
Não-Violência – SERPAJ/BRASIL
SDS – Ed. Venâncio V – c. 313
70302 – Brasília – DF
Tel.: (061) 2258738

ÍNDICE

Editorial	3
SERPAJ/BRASIL: uma proposta desafiadora de transformação social através da Não-Violência	5
Reforma Agrária: luta e lei	7
Educar para a Paz	9
A função das Forças Armadas na América Latina	12
Integração Latino-Americana	15
Como fortalecer nossa militância ecológica?	17
Raízes históricas do Serviço Alternativo	20
Estatutos do Homem	23

EDITORIAL

A realidade brasileira apresenta constantes desafios. Sua característica principal continua sendo a situação de miséria, marginalização e opressão. É a injustiça institucionalizada exercendo seu poder sobre a grande maioria do povo brasileiro.

Diante desta situação, o Serviço Nacional Justiça e Não-Violência SERPAJ/BRASIL, deseja assumir, juntamente com o povo, suas aspirações como um processo histórico de libertação, buscando promover estruturas comunitárias e fraternas, onde vão-se abrindo caminhos de socialização dos bens materiais, da cultura e do poder.

O Serviço Nacional Justiça e Não-Violência — SERPAJ/BRASIL está consciente de sua responsabilidade em promover, de forma alternativa e criativa, os meios não-violentos na luta pelo restabelecimento da justiça nas relações sociais, políticas e econômicas. Meios estes que devem ter inspiração nas reivindicações e aspirações dos pobres e oprimidos, que se organizam para a conquista de seus direitos.

A ação não-violenta somente adquire sentido e razão histórica se: colabora na formação de uma consciência crítica e coletiva; vincula seu compromisso de luta com as exigências sociais, políticas, econômicas e culturais presentes nos movimentos populares, intensificando, aprofundando e sistematizando as experiências de conscientização, organização, participação e educação popular.

Assim sendo, o SERPAJ/BRASIL apresenta, com o objetivo de colaborar na formação de seus militantes e divulgar nossa atuação concreta, o primeiro número de sua revista, a qual pretende, em princípio, ser semestral.

Nesta primeira publicação, centralizamos maior discussão sobre nossas linhas básicas de atuação: Educar para a paz, incluindo a questão da objeção de consciência; reformas agrária e urbana, como necessidades eminentes do país; Integração Latino-Americana, como fator essencial de soluções alternativas para os problemas vividos pela América Latina.

Nossos companheiros que escrevem estas reflexões, sem nenhuma pretensão literária, desejam impulsionar o início de discussões sérias e profundas, que possam colaborar no processo de crescimento e amadurecimento da entidade.

Nossos militantes, em seus grupos e regionais, com base nos seus compromissos concretos de atuação, vivendo diariamente os sofrimentos impostos pelas estruturas de dominação, irão julgar a viabilidade destas discussões e, a partir delas, propôr e consolidar alternativas de luta, onde o povo, através de canais democráticos de participação, construa a Nova Sociedade, quebrando as opressões do poder-dominação do sistema vigente.

SERPAJ/BRASIL



SERPAJ-BRASIL

SERPAJ/BRASIL: uma proposta desafiadora de transformação social através da não-violência

Marco Antonio Gonçalves

Professor, membro do Conselho Nacional do SERPAJ/BRASIL

○ Serviço de Paz e Justiça no Brasil (SERPAJ/BRASIL), como todas entidades que atuam numa luta ininterrupta pelos Direitos Humanos, pela justiça e pela paz, tem o dever de refletir e explicitar constantemente suas propostas e ações.

Em seus 11 anos de existência, o SERPAJ/BRASIL sempre procurou direcionar suas ações concretas numa perspectiva transformadora e revolucionária. Atuando em constante integração com os movimentos populares e entidades afins, procurando transmitir a Não-Violência-Ativa como inspiração e estratégia política de mudança das estruturas sociais existentes — isto tendo em vista despertar novas práticas que sejam eficazes e fomentar novas lideranças que se comprometam efetivamente com a causa popular.

A realidade em que se encontra o povo brasileiro, onde a grande maioria é explorada e massacrada por uma minoria, que possui o capital, os meios de produção e o poder de decisão, protegida por um grande aparato militar e ideológico, nos leva a refletir sobre o papel que o SERPAJ/BRASIL deve desempenhar no decorrer do processo histórico de transformação dessa mesma realidade.

Acreditamos ser a Não-Violência-Ativa uma força capaz de fortalecer e sustentar a luta da classe trabalhadora, quer seja, nos grandes centros urbanos ou no campo. Ela tem-se mostrado eficaz como método de luta, tanto que, alguns grupos que optam pela via da luta armada para tomada do poder e a conseqüente organização de novas formas de relação da produção e distribuição da riqueza, a tem empregado em suas lutas atuais, através da não-colaboração com as forças opressoras, assumindo abertamente a desobediência civil

— uma arma de luta direcionada, com um objetivo claro e preciso, como pressão político-social; através de uma greve geral, poderoso instrumento de luta da classe trabalhadora, capaz de paralisar a produção, fonte de sustentação de qualquer sistema de exploração; através das pacíficas ações coletivas de ocupações de terras ociosas, de fábricas, edifícios públicos, etc.

Os militantes do SERPAJ/BRASIL, inseridos nas realidades locais, estão dando maior ênfase nas linhas de ação assumidas pela entidade: *Reforma agrária e urbana*, atuando concretamente ao lado dos Sem terra e dos Sem-teto no campo e na cidade; *Educar para a paz*, visando a formação integral da pessoa humana, quebrando as ideologias que o sistema educacional nos impõe; *Integração Latino-Americana*, promovendo intercâmbios de experiências entre os povos da América Latina e tentando trabalhar em unidade as causas que nos são comuns.

Outra preocupação e trabalho do SERPAJ/BRASIL é a implantação do *Serviço alternativo* (artigo 143 da Constituição Brasileira), que assegura o direito à objeção de consciência. Através do projeto de lei ordinária que preparamos e apresentamos ao Congresso Nacional, queremos dar possibilidade ao jovem de prestar, distante dos quartéis e de sua ideologia de morte, um serviço à sociedade civil.

É preciso ter sempre presente em nossa luta, o grau de aplicação, aceitação e eficácia do método da Não-Violência-Ativa. Essa auto-

avaliação deve ser um debate constante entre nós:

* Estamos rompendo as barreiras do individualismo a fim de trabalharmos juntos pelo mesmo objetivo que nos une?

* Estamos criando dentro e fora da entidade, novas relações de companheirismo? Afinal, essas relações são as que iniciam e sustentam nosso compromisso pela transformação revolucionária de toda a sociedade...

* Estamos comprometidos plenamente com as lutas concretas da classe trabalhadora, em todas as suas dimensões, quer local, nacional e internacional?

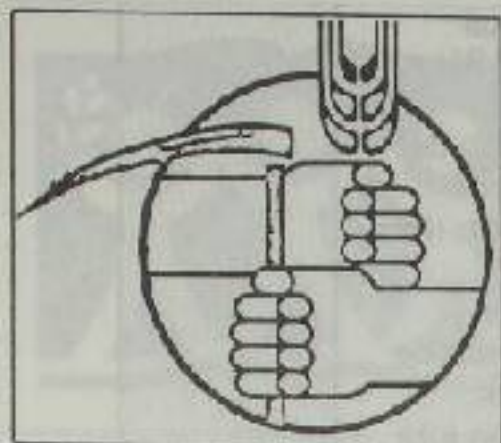
* Temos a firmeza e a combatividade necessária para participar da luta revolucionária até o fim, mesmo que se tenha de pagar com a própria vida a opção feita?

A reflexão não termina aqui, deve se expandir cada vez mais em nossos grupos e regionais, em conjunto com outros companheiros e companheiras das entidades que atuam conosco. Não podemos omitir a participação do SERPAJ/BRASIL nessa caminhada histórica dos movimentos populares. Devemos ter a coragem de sermos militantes não-violentos.

Firmeza na luta e esperança na vitória!



A Não-Violência não se improvisa. Ela é a conclusão de um longo processo histórico, explicitamente escolhido e constituído peça por peça durante muito tempo... ela supõe uma militância árdua.



Reforma Agrária

Reforma Agrária: luta e lei

Norberto Chemin

Membro do Conselho Nacional de SERPAJ/BRASIL

Colaboração: Edécio Vigna de Oliveira, do Instituto Nacional de Estudos Sociais (INEC)

A situação de vida dos pequenos proprietários e trabalhadores rurais no Brasil tem-se agravado nas últimas décadas. A causa principal desta situação é a forma como o governo vem tratando a questão fundiária. A constituição, aprovada no ano passado, tratou o tema da Reforma Agrária com bastante intensidade devido à interferência das forças populares e conservadoras, presentes no processo de elaboração da carta. Conforme veremos, os latifundiários tiveram seus interesses garantidos no que se refere à Reforma Agrária; os trabalhadores Sem-terra, mesmo prejudicados pela decisão dos constituintes, não se intimidaram, não esmoreceram e continuam lutando, de forma organizada e persistente.

A Reforma Agrária e a Lei

O Estatuto da Terra e a Constituição anterior possibilitavam a desapropriação por necessidade ou utilidade pública ou por interesse social, mediante indenização em Título da Dívida Agrária. Pela atual constituição, estas mesmas áreas podem ser desapropriadas, mediante justa e prévia indenização em Título de Dívida Agrária, sendo as benfeitorias indenizadas em dinheiro. Uma análise crítica demonstra mais uma vez que os latifundiários acabam ganhando com isto, à medida que a declaração do valor das "benfeitorias" é feita sempre acima de seu valor venal, devido ao fato de não existir ação judicial para apurar o custo real das "benfeitorias".

A negociação direta entre governo e proprietários adotada ultimamente, decorre de uma exceção que virou regra. A alteração nos critérios habituais utilizados na fixação do valor a ser pago a título de indenização, consolidado nos procedimentos jurídico-institucionais adotados pelo ex-MIRAD no caso do Castanhal Arraras (PA), em abril de 1988, acabou por tornar-se em procedimento

usual. O problema maior desse procedimento é o fato de que as desapropriações para fins de Reforma Agrária passa a ser especulativa.

A nova Constituição garante (artigo 185) a não-desapropriação da propriedade produtiva. Se entendermos que "propriedade produtiva" é aquela que produz, que é fértil, restariam disponíveis para a Reforma Agrária somente as terras improdutivas, que, nem os trabalhadores aceitariam.

O dispositivo constitucional referente à Reforma agrária não é auto-aplicável, cabendo ao Congresso Nacional regulamentá-lo, através de lei ordinária e complementar. É neste momento que devemos estar atentos a fim de recuperar o que foi perdido na Constituição.

Ainda, precisa ser definido o que é propriedade produtiva, o que é função social, lei agrícola, pequena e média propriedade e como serão feitas as desapropriações. É muito importante a definição destes pontos para que realmente aconteça um mínimo de desapropriações necessárias para atender os interesses dos Sem-terra.

As terras que estejam produzindo plantas tóxicas podem ser expropriadas pela União. Uma pena que a nova Constituição não

possibilite expropriar terras cujos proprietários mandam matar e torturar trabalhadores rurais e índios. São inúmeros os proprietários que usam de violência para garantir seus latifúndios e a obtenção de mais terras.

Contudo, sabemos que politicamente o governo não tem interesse em realizar a Reforma agrária. Basta olhar para os Decretos-Leis lançados pelo governo, a extinção dos órgãos que tratavam da Reforma Agrária, o compromisso com os latifundiários e o recuo do governo nos mais diversos campos. Principalmente, no campo da Reforma Agrária.

Toda esta situação demonstra a necessidade dos trabalhadores continuarem mobilizados para conquistarem seus direitos, sem esperar que o governo tome iniciativas para a execução da Reforma agrária.

Reforma Agrária e luta pela terra

Os fatos acontecidos este ano no campo mostram o descaso do governo em relação à Reforma agrária. Os conflitos entre trabalhadores sem-terra e latifundiários se intensificaram. Geralmente o governo tem tomado uma postura de omissão e descaso em relação aos conflitos, favorecendo os grandes proprietários de terras.

Estes fatos precisam ser relatados constantemente para que todos tenham consciência da situação. "É o caso que ocorreu no Rio Grande do Sul, onde o governo ordenou o despejo de 500 famílias acampadas na Fazenda Santa Elmira, em Salto do Jacuí. O despejo aconteceu de forma muito violenta, com este resultado: 400 feridos, 21 hospitalizados em estado grave e 22 presos.

Na Bahia, o tenente Berlink, comandou a polícia militar e despejou de forma violenta 120 famílias que ocupavam uma área devoluta, denominada Sapocuira, município de Prado. Inclusive havendo tortura com a técnica de afogamento. Após forte pressão exercida por várias entidades é que estes governos resolveram tomar posição favorável aos Sem-terra, libertando os presos e procurando viabilizar a desapropriação de algumas áreas. Na Paraíba, há mais de 135 conflitos de posseiros que resistem à expulsão pelos latifundiários, num total de 120 mil hectares de terra. No Norte do país, nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, a coisa não é diferente, agricultores e seringueiros são espancados e expulsos das áreas ocupadas. O despejo acontece sempre com a destruição dos pertences das famílias, plantações, casas ou

barracos." (Informações obtidas no jornal SEM-TERRA, março de 1989, no IX, nº 81)

Podemos citar vários exemplos e sempre constataremos que a reintegração de posse acontece com base na violência por parte da polícia e dos pistoleiros, a mando dos proprietários. O resultado é sempre o assassinato de lideranças de agricultores. Entre 1964 e 1988 foram assassinados mais de 3500 camponeses, garimpeiros, posseiros, dirigentes sindicais rurais e advogados na luta pela terra e na defesa dos Direitos Humanos.

Diante deste quadro de violência por parte dos grandes proprietários de terras, em cima dos trabalhadores, e o desinteresse do governo em realizar a Reforma agrária é preciso agir e mobilizar a população como um todo, na luta pela efetivação da Reforma agrária no país. É um momento difícil onde os grandes jogam para desmobilizar os pequenos.

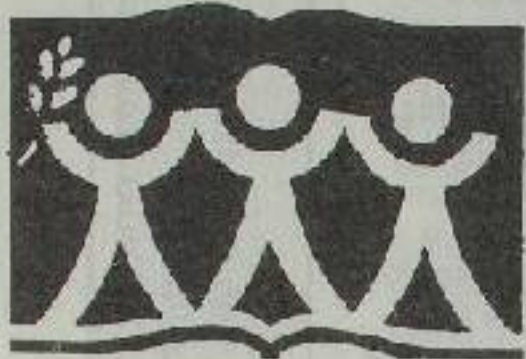
Torna-se cada vez mais urgente desenvolver amplo movimento de conscientização da população, não só rural mas a população urbana também. Atingir os trabalhadores, as entidades, as escolas, universidades, de modo a interessar e engajar todos os setores da sociedade na luta pela Reforma agrária. Mobilizar estas forças sociais, na cidade e no campo, para que seja realizada no país uma Reforma agrária que democratize o uso e a posse da terra, atendendo às necessidades básicas dos trabalhadores rurais. A Reforma agrária é vista como um processo de transformação política, social e econômica que exige a participação da maioria da sociedade.

A população urbana tem que estar consciente da realidade fundiária do país. Deve saber que este problema atinge também as cidades, seja pelo êxodo rural, que acaba por inchar as periferias das cidades, seja pelo encarecimento dos produtos agrícolas. A favelização, a fome e a miséria, o aumento do desemprego são consequências diretas da má distribuição de terras do país. Entre 1960 e 1980, mais de 28 milhões de pessoas (mais que a população da Argentina) deixaram o campo à procura da cidade.

A mobilização e a solidariedade em favor das lutas desenvolvidas e contra a violência crescente no campo, é urgente. Devem ser denunciadas as forças que assassinam milhares de trabalhadores rurais. Devem ser denunciados seus aliados, que também lutam contra a Reforma agrária.

Juntamente com isso, devemos buscar formas alternativas de solidariedade concreta, pois esta luta diz respeito a todas as pessoas que lutam por uma sociedade transformada, onde todos tenham vida digna.

SEM-TERRA: na teimosia se organizam — na esperança caminham.
"As espadas serão transformadas em arados, as lanças em podadeiras." (Mq 4,3) De instrumentos de morte passam a instrumentos de vida.



Educar para a Paz

Ricardo Wangen

Pastor da Igreja Evangélica da Confissão Luterana no Brasil e membro do Conselho Representativo do SERPAJ/BRASIL

"Estabelecemos confiança educando a nós mesmos e a nossos filhos para, através do uso de métodos não violentos de mudança e solução de conflitos." (Declaração de Melbourne - 1989)

Albert Einstein, famoso físico, disse "mero elogio à paz é fácil, mas sem efeito. O que é necessário é participação ativa na luta contra a guerra e tudo o que conduz a ela". O SERPAJ/BRASIL e da América Latina tem como uma das bandeiras mais importantes, com apoio da Organização das Nações Unidas, a tarefa de educar para a paz. Isto significa educação em todos os níveis — para adultos, nas escolas públicas e particulares, nas catequeses das Igrejas e até, e muito importante, para as nossas forças policiais.

Quando, como representante do SERPAJ, estive na Austrália e em Nova Zelândia fiquei bastante impressionado pelo zelo educacional de lutar contra a guerra e todas as formas de violência contra pessoas e a natureza. Os resultados já estão em evidência. Nova Zelândia conseguiu se opor, com apoio da consciência popular, à atracação do submarino Tridente dos Estados Unidos. Este submarino é propulsionado pelo poder nuclear e carrega no seu bojo 468 ogivas nucleares. Cada ogiva com uma potência até dez vezes mais do que a "pequena" bomba que destruiu Hiroxima e Nagasaki e matou nestas duas cidades mais de 300 mil pessoas. Algumas destas pessoas ainda estão morrendo dos efeitos desta bomba! Esta oposição em Nova Zelândia se conseguiu com uma eficiente educação para a paz. Além deste fato, tanto Austrália como Nova Zelândia, orgulham-se de serem países livres de qualquer engenho ou artifício nuclear.

Já que meu interesse é educar para a paz, persegui este assunto e fui bem acolhido pelos educadores da Universidade de Auckland (Fundação de Estudos de Paz) na Nova Zelândia e do Centro de Educação Católica em

Melbourne, na Austrália. Estes educadores não apenas me informaram sobre o processo educativo nos dois países mas brindaram-me com currículos, conteúdos, manuais para professores e pais e a história desse processo educativo. Algumas idéias deste material quero compartilhar com os leitores.

Já, há tempo, nós, militantes do SERPAJ/BRASIL, temos lutado por uma orientação para a paz, objetiva, engajada e contextualizada para militantes e educadores das escolas públicas e particulares. Contudo, nosso empenho tem sido fraco perante à tamanha tarefa e especialmente contra as propagandas do exército na mídia. Regimes ditatoriais reconhecem a necessidade premente de conseguir controle das escolas e instituições educativas, a fim de forjar consciências submissas e prontas para usar violência como meio de incutir medo e submissão nos corações do povo.

Um exemplo claro deste fato é o do nacional-socialismo da Alemanha. Um dos fatores mais claros de conquista ditatorial era o controle das escolas pela ideologia de Hitler. Por outro lado, tem-se exemplo onde Hitler

fracassou, precisamente na área da educação, como ocorreu na invasão da Noruega. O governo fantoche de Quisling tentou conquistar a população pelo controle da educação. O êxito mais brilhante de resistência não-violenta foi a luta dos professores noruegueses contra este controle. Apesar das ameaças, torturas e campos de concentração, Hitler não conseguiu dobrar as consciências dos professores. Este fato histórico destaca a importância da educação e da luta pelo controle das mentes e corações.

Todavia, não devemos nos enganar. De uma maneira não tão sutil, a mídia e outros meios estão sendo usados para manter a ideologia de violência viva entre o povo. Ficou claro para nós, a ideologização da violência quando, agora há dois anos, no dia da criança (12 de outubro), os militares convidaram a criançada das escolas para conhecer e brincar com as armas bélicas da praça. Isto é uma maneira de glorificar o uso da violência. A Igreja primitiva chamava este tipo de sedução de "pornein" (que na língua grega significa "mal" ou "perverso"). Neste gesto hospitaleiro do exército é sutilmente camuflado o verdadeiro sentido do que é ensinar a arte de matar. Correto é sentido que Vandrô coloca na sua canção imortal quando diz: "há soldados armados, armados ou não, quase todos perdidos de armas na mão. Nos quartéis lhes ensinam uma antiga lição, de morrer pela pátria e viver sem razão".

Portanto, cabe aos que possuem uma consciência pró-vida e pró-paz lembrarem o que um agente de paz disse: "não há caminho para a paz; a paz é o caminho". Neste sentido, a contribuição do SERPAJ/BRASIL na área de educar para a paz não pode ser enfatizada demais. Cabe a nós colaborar na educação de jovens e adultos pensantes, para que se formem pessoas que possuam uma consciência liberta das ideologias violentas com a capacidade de discernir valores construtivos. Longe de pensar grandiosamente sobre a influência que temos e teremos sobre os efeitos imediatos ou de educação ou do bem estar do povo. Conforme o nosso mentor saudoso Domingos Barbê dizia, "há necessidade de criar zonas de libertação, solapando pacientemente a ideologia violenta e militarista que rege uma boa parte do Brasil e o mundo atual". O objetivo de nossa tarefa é de cativar os ânimos dos educadores e educandos e o povo oprimido das bases para uma nova visão. Será necessário criar comunidades de consciência sobre os valores humanos que não medem a pessoa pela cor, sexo, classe, produção ou sobre sua capacidade de machucar ou ferir outras pessoas, criando um ambiente de meco

e de terror, e sim, que medem a pessoa pelo fato de ser criada na imagem de Deus.

A tarefa de educar para a paz é demonstrar que, basicamente, a criação faz parte de um universo acolhedor e confiante. Educar para a paz é lutar contra as violências que ideologias embrutecidas promovem, e aprender conviver com este belo universo do qual fazemos parte. A Bíblia nos conta que Deus criou o universo e todas as coisas nele e olhou (sem dúvida, sorriu) e disse: "Que bom!".

Neste processo educativo, talvez, possa fomentar mais idéias criativas para o próprio trabalho contando algo da experiência que educadores e militantes, na luta pela paz, pela justiça e por um ambiente mais confiável, fizeram na Austrália e Nova Zelândia.

Os currículos elaborados pelos educadores e educandos destes países mencionados através de pesquisa e reflexão apresentam uma série de princípios que orientam a educação para a paz. Compartilho estes dez princípios com os leitores:

A educação não é, nunca foi e não será neutra; a educação é sempre um ato político.
(Paulo Freire)



O trabalho do educador adquire sentido na medida em que se compromete com as classes trabalhadoras e não para elas, pior ainda, sobre elas. Hoje a situação do Brasil exige um educador voltado para a realidade social e política a fim de assumir o desafio histórico de transformar a sociedade injusta e autoritária. (A. E. C. - 1989)

1) Uma educação que parte da experiência humana e escuta com compaixão as histórias de sofrimento humano, através destas trabalha em prol de soluções e compreensão mútua.

2) Como educação que permite e promove o crescimento de compaixão e percepção do inter-relacionamento da vida do povo; aumenta a auto-consciência do povo e sua disciplina interior.

3) Uma educação em imaginação que tem visão e sonhos. Educação aquela que abre tempo e espaço para reflexão e crescimento em esperança e criatividade.

4) Uma educação que se concretiza da existência de outras pessoas neste mundo e suas diferenças e trabalha em prol de reconciliação, perdão e sempre promove diálogo criativo e solidariedade.

5) Uma educação que leva para conversão (que significa repensar a nossa maneira de viver) e uma educação que enfrenta o desespero, o medo, a angústia com a esperança de transformar para uma vida nova.

6) Uma educação que reconhece a realidade de conflito, tensão, agressão e violência como parte da vida humana, mas que procura descobrir maneiras criativas de crescer através de restauração da integralidade.

7) Uma educação que sabe conviver com paradoxo e visão; que encara paz como algo fundamental para sobrevivência e necessidade humana central; que é possível permeiar toda existência; uma educação não unilateralmente confinada à uma situação, um enfoque, área e um ponto de vista.

8) Uma educação de consciência crítica e compreensão do mundo contemporâneo e seus dilemas.

9) Uma educação que luta para transformação social criativa e construtiva, baseada numa consciência das estruturas injustas e opressoras, acabando com os sistemas de força e violência tanto nos níveis nacionais e internacionais.

Onde há escolas e entidades conscientemente cristãs acrescentamos o décimo princípio:

10) Uma educação que encara o dom de paz de Jesus Cristo dado através da cruz e ressurreição, tanto como visão quanto desafio para nossa vocação de agentes de paz.

A Fundação para Estudos de Paz em Auckland, Nova Zelândia, elaborou como conteúdos dos princípios acima apresentados os seguintes temas:

a) uma pedagogia que desenvolva entre as pessoas (alunos e adultos) uma auto-imagem positiva;

b) aprender a cooperação em vez de competição;

c) aprender a comunicar-se com os outros;

d) a resolução de conflitos (através do diálogo e do consenso);

e) fomentar esperança perante o futuro;

f) potencialização — criar mudanças!

g) ligações e relacionamento com elementos diversos na comunidade para conhecer bem a realidade que nos cerca.

Além das considerações acima feitas é uma coincidência que 1990 irá ser o Ano da Alfabetização. Já tendo um dos maiores alfabetizadores do mundo entre nós (Paulo Freire), como educadores para a paz devemos desafiar todos os grupos de militantes do SERPAJ/BRASIL para desenvolver, no seu próprio local, uma campanha de alfabetização, como uma das tarefas de educar para a paz. No momento temos grandes possibilidades de promover seminários de treinamento no método Paulo Freire. O tempo urge — mãos à obra!



A função das Forças Armadas na América Latina



Augustino Velt

Secretário Executivo do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos.

Embora possamos elencar várias peculiaridades na atuação das Forças Armadas Latino-Americanas, elas exercem fundamentalmente uma função concebida pelo imperialismo norte-americano para assegurar sua hegemonia frente ao bloco soviético.

Logo após a Segunda Guerra, o capitalismo ocidental acirrou a "Guerra Fria", desencadeando a disseminação de uma série de ideologias conservadoras e legitimadoras das relações de produção a nível internacional. A política da "Guerra Fria" iria também atribuir nova função às Forças Armadas.

As novas estratégias para manutenção hegemônica do bloco ocidental, evidentemente, incluía todos os centros importantes do mundo. Aqui vamos nos deter no que concerne à América Latina.

Diferentemente de outros continentes, a América Latina não exigia dos Estados Unidos uma estratégia de confronto na disputa com a União Soviética. Esta avaliação está clara no discurso do presidente Eisenhower, proferido na reunião de presidentes americanos no Panamá, no ano de 1956 quando afirma "...visto que no futuro uma guerra internacional é impossível na América Latina, as Forças Armadas convencionais, isto é, o exército, a marinha e a aeronáutica, perderam sua razão de ser. Mas tendo surgido um novo inimigo, o comunismo, as Forças Armadas Latino-Americanas têm de se preparar exclusivamente para combatê-lo..."

Tratava-se de elaborar uma estratégia de combate ao comunismo, considerado responsável pelo incremento dos protestos que surgiram, de forma generalizada, contra as estruturas sociais, na década de 60. O pressuposto de que a América Latina estava ameaçada pela subversão comunista, e que, portanto a hipótese da guerra interna é a mais provável, leva o governo Kennedy, em 1961, a

explicitar a aplicação da Doutrina de Segurança Nacional. O triunfo da Revolução Cubana, em 1959, reforçou a idéia da existência de um inimigo interno e os aparatos militares deviam ser treinados e equipados para combatê-lo. Assim, todo movimento de protesto que, questionar as estruturas de injustiça, mesmo estando apoiado pelo consenso popular será rotulado subversivo e destruído.

A Doutrina de Segurança Nacional então implantada nos países periféricos, notadamente no Cone-Sul, serviu de base para a militarização do Estado, instauração de modelos sócio-econômico-político-culturais e para a repressão política dos setores inconformados.

Foi a Doutrina de Segurança Nacional que inspirou e desencadeou a série de golpes militares em toda a América Latina. Em nome dela, o sistema capitalista, valendo-se das Forças Armadas, cometeu as maiores atrocidades, deixando seqüelas de caráter indelével nas sociedades com milhares de torturados, noventa mil desaparecidos, ocorrência de verdadeiros genocídios. Por isso, sem dúvida, o século vinte passará à história como o século do passionismo, da intolerância ideológica, do medo coletivo, do indiciamento por delitos de idéias, dos seqüestros, das delações cometidas por conta da chamada "guerra psicológica", figura inventada pelas ditaduras em nome da segurança nacional.

É importante observar que a função dos militares está intimamente vinculada à

Forças Armadas

Mais importante, é unirmos nossas vozes para convencermos aqueles governantes que as necessidades e os direitos humanos precisam ser respeitados, e que eles não podem ser deixados de lado e ignorados.

implantação dos projetos de interesse dos grandes grupos econômicos e à política desenvolvimentista do imperialismo. Neste cenário, as Forças Armadas até receberam a atribuição de "construtores da nação" passando a desempenhar um papel de cooperação administrativa na implantação de projetos sócio-econômicos, permitindo a instalação massiva das multinacionais, bem como levando os países ao endividamento para viabilizar seus projetos. Ao mesmo tempo alarga-se o espaço para os militares, adquirindo uma autonomia cada vez maior, como instituição. Nesse sentido, o deputado federal José Genoíno Neto afirma corretamente "que os militares são o principal partido da burguesia e a tutela que exercem faz parte da estrutura social do Brasil".

De modo geral, esta foi a política imperialista até a década de 80. Já durante o governo Reagan, os Estados Unidos fazem uma avaliação e constataam que tem perdido a hegemonia no mundo por duas razões: desde a administração Carter houve um descuido na infra-estrutura militar. Em segundo lugar, partem do pressuposto de que há um maior desenvolvimento militar e maior presença soviética não só na América Latina, mas no mundo. Resolvem então reestruturar suas Forças Armadas para deter a expansão soviética e fazê-la retroceder. Os Estados Unidos entendem que é fundamental uma atuação conjunta dos exércitos americanos. Para isso, a primeira tarefa é ter a capacidade de estar presente e atuar de forma surpreendente, rápida e contundente em todos os focos de tensão que possam produzir um movimento de libertação, antes que tal movimento tenha conquistado parte do povo ou declarado uma zona territorial liberada. Todavia, não se trata mais de atuar nos moldes repressivos das ditaduras.

Desde a perspectiva do imperialismo, existe ainda a ameaça da subversão comunista que agora tem que ser combatida com novas formas. As ditaduras já não interessam, entendem que a "solução" passa por uma "democracia" que nos termos da política norte-americana significa que os governos latinos aceitem se submeter a sua tutela política (ver documento Santa Fé II). A partir dessa política, é traçada a nova atuação dos militares. Tomando como referência a Doutrina de Segurança Nacional, elabora-se uma nova teoria, hoje conhecida como Teoria da Guerra de Baixa Intensidade. Novamente chamamos a atenção que a política da Guerra de Baixa Intensidade está incluída na estratégia global de intervenção dos Estados Unidos na América Latina. Isto é, uma estratégia para impulsionar a "democracia", para orientar os

programas, econômicos, sociais e fortalecer as Forças Armadas na sua função de controlar e combater os inimigos internos, a subversão comunista, vale dizer, os movimentos populares, sindicatos e a Igreja, bem como os partidos e outros setores inconformados com as políticas implantadas. Portanto as dimensões sociais e econômicas assumem uma suprema importância. A teoria da Guerra de Baixa Intensidade, parte do pressuposto de que os protestos sociais fazem parte da ação do Movimento Internacional Comunista (MIC); organizado com o objetivo de desencadear o que chamam de Guerra de Libertação Nacional. Em se tratando de um Movimento Internacional, é imperiosa a atuação conjunta das Forças Armadas a nível continental para combatê-lo, o que aliás já foi objetivado durante a XVII Conferência dos Exércitos Americanos, realizada em novembro de 1987, em Mar del Plata — Argentina, onde foram celebrados 15 acordos de cooperação e atuação conjunta dos exércitos americanos.

A teoria sustenta, ainda, o vínculo do MIC com o tráfico de drogas. Esta sustentação assume grande importância porque justifica a ação mais ostensiva e direta contra a população e especialmente contra as guerrilhas. Todavia, o combate à subversão, aparentemente não pode envolver a ostensividade dos militares. Há de haver formas e instrumentos mais sutis e nos casos que exigem maior agressão usa-se pretextos para justificá-la. No caso do Brasil esta política se traduz na existência dos grupos de extermínio, esquadrões da morte, justiceiros, pistoleiros e jagunços vinculados às forças repressivas do Estado. Os pretextos para justificar as ações repressivas como os fuzilamentos sumários, em nome do combate ao tráfico de drogas, a repressão às greves, para manter a "ordem pública", os assassinatos no campo, em defesa da propriedade privada, são importantes para incobrir a real motivação. Mas não basta o uso puro e simples de pretextos. Eles necessitam de meios para convencer a opinião pública em geral de que, por trás das greves, das reivindicações populares e do movimento camponês, está a ação do MIC. Entre os meios para este fim, está a desinformação e a propaganda dos fatos ou a versão dada ao fato.

Volta Redonda pretendeu ser um exemplo dessa política; mostrar a necessidade da intervenção para provar que a segurança e a ordem pública estavam ameaçadas pelos comunistas que lá se encontravam organizando os operários com tática de guerrilha. O objetivo é infundir medo,

institucionalizar a ansiedade, mostrar ao povo que é mais sábio resignar-se à vontade dos ditames governamentais e fazer da covarde sobrevivência o valor fundamental.

Compromisso do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos

O Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos traçou seus objetivos a partir da análise do contexto de dominação planejada pelo capitalismo, com ideologias conservadoras e legitimadoras das relações de produção dependentes, excludentes, mantendo os privilégios da classe dominante.

Detectar e diagnosticar as especificidades das funções que as Forças Armadas desempenham neste contexto, constitui uma preocupação primeira do Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos. A preocupação de compreender a função dos militares não objetiva dispensar-lhes estudos isolados, prescindindo das estratégias globais que abrangem os aspectos sócio-político-econômicos. Não esqueçamos que às Forças Armadas, ainda hoje, é atribuída uma função de cooperação administrativa para viabilizar, por exemplo, o projeto Carajás, Calha Norte e outros. Não esqueçamos também da afirmação verdadeira do deputado José Genoíno Neto: "os militares são o principal partido da burguesia". A visualização, a compreensão da totalidade do sistema, dos interesses geoestratégicos é indispensável para uma intervenção eficaz pela garantia dos Direitos Humanos.

Durante um longo tempo a luta pelos Direitos Humanos se restringia às liberdades individuais. Lutava-se sob a ótica do liberalismo burguês. Hoje, quando falamos em Direitos Humanos, falamos da conquista de direitos sociais, econômicos, políticos e culturais a nível coletivo, do conjunto da classe dominada. Nesta perspectiva a luta pelos Direitos Humanos exige um posicionamento de classe. Exige por outro lado uma apropriação política e discursiva desse conceito pelas amplas massas populares, ainda submetidas à domesticação da obediência, da passividade, tornando-se indiferentes diante da brutalidade do culto bárbaro à ignorância e ao desprezo intelectual.

Lutar pelos Direitos Humanos implica uma atuação orientada por um projeto anti-capitalista com políticas definidas, capazes de forjar o senso crítico do indivíduo, capacitando-o para pensar, refletir, indagar, questionar, duvidar, discordar, proporcionando-lhe enfim, autonomia intelectual e dessa forma contribuir, prática e teoricamente, na organização superadora da dominação a que estamos submetidos.

Portanto, queremos a transformação das instituições militares, mudar suas funções como parte da luta pelos Direitos Humanos. Não podemos combatê-las de forma isolada, fora do contexto de transformação estrutural do sistema capitalista. Daí a importância da compreensão, do domínio que devemos ter sobre a intervenção global e estratégica do imperialismo nos nossos países, sobre os interesses da classe dominante e dos militares.

Dependerá desse domínio, a nossa capacidade de elaborarmos um projeto que nos permita uma intervenção na perspectiva revolucionária da transformação estrutural, visando uma sociedade de indivíduos humanamente diversos, socialmente iguais e completamente livres.



O fundamento dos direitos humanos encontra-se na dignidade da pessoa humana que exige reconhecer não somente os direitos civis e políticos mas também os direitos econômicos, sociais e culturais.



Integração Latino-Americana

Creuza Rosa Maciel

Coordenadora Geral do SERPAJ/LATINA

Partindo do pressuposto de que ninguém se liberta sozinho, logicamente podemos estender a um outro nível: nenhum país latino-americano se liberta sozinho. Esta afirmação norteava as aspirações e sonhos de liberdade de Simon Bolívar e é base para uma política socialista. Todos os socialistas devem ser internacionalistas. Nossa paróquia é o mundo, já dizia um grande restaurador da Igreja.

É pensando nesta idéia de paróquia como a largura do mundo, que entendo as diferentes iniciativas para uma integração latino-americana, que pode se concretizar de diferentes maneiras e de diversos ângulos.

Uma primeira tentativa de integração se dá com o esforço de CONHECIMENTO RECÍPROCO. Os colonizadores nos colocaram de costas uns para os outros. A América Hispânica olhando para o Oceano Pacífico e a América Portuguesa olhando para o Oceano Atlântico. Isto não é acidental, assim como não é o isolamento que se mantém os povos do continente entre si. É mais fácil e mais barato ir do Rio de Janeiro para Miami, do que ir à qualquer país andino. Em se tratando de um país do Caribe, a situação se complica. Quase que obrigatoriamente passa-se por Miami se você quiser chegar a San Domingos, por exemplo.

Aqui entra também a lógica do sistema opressor — dividir para reinar. Não somente nos colocar de costas, como criar todas as dificuldades de encontro entre os pobres. Oprimidos isolados é sinal de poder. É mais fácil controlá-los, dominá-los, submetê-los, mantendo o controle não só da comunicação oral, mas escrita, pois este é o caminho para manter canais exclusivos de informação.

A solidariedade a um povo em luta aparece como a primeira alternativa de sobrevivência. Se buscarmos uma definição mais precisa e objetiva, vamos ler nos

dicionários que solidariedade é "dependência recíproca que une os homens entre si" e eu diria mais, que deve unir-nos em um projeto comum. Se não é possível nos libertarmos sozinhos, a solidariedade se integra a uma estratégia no nosso destino comum.

Se olharmos o exemplo da Nicarágua, que em julho completou dez anos de um processo vitorioso, todos estaremos de acordo que Nicarágua se manteve em pé graças à solidariedade. O próprio Presidente Daniel Ortega afirma que a primeira linha de defesa da Nicarágua é a **SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL**.

Mas, o que queremos é nos integrar como povo. Integrar para quê? Como? Quem é este povo com quem queremos nos integrar?

A mim sempre chamou a atenção os mecanismos de defesa desenvolvidos pelos oprimidos. Quando alguém, ou um povo está no limite da sobrevivência, lança mão de muitos meios, até do silêncio, como forma de defesa. Neste sentido, se os índios da América — sobretudo do Peru, Equador, Guatemala — ainda são maioria em seus países, é pela sua capacidade de resistência — muitas vezes abafada, mas não silenciada, nem destruída.

A cultura é a arma mais eficaz nas lutas de resistência. Qualquer intenção tem que levar em consideração o aspecto cultural de um povo. Não somente porque esta é a veia em que corre o sangue da vida e o canal mais resistente de manter e expressar a liberdade,

mas porque é a própria vida. A cultura chega a ser imortal em determinadas situações. Quem poderá apagar da alma do brasileiro a cultura trazida pelos negros da África? Quem poderá apagar da alma latino-americana as diferentes formas e expressões culturais dos povos nativos e indígenas?

A integração cultural é a base de qualquer integração. Temos que nos conhecer culturalmente, depois podemos nos comunicar, nos organizar, nos unir e lutar. Comunicação e cultura estão intimamente ligadas.

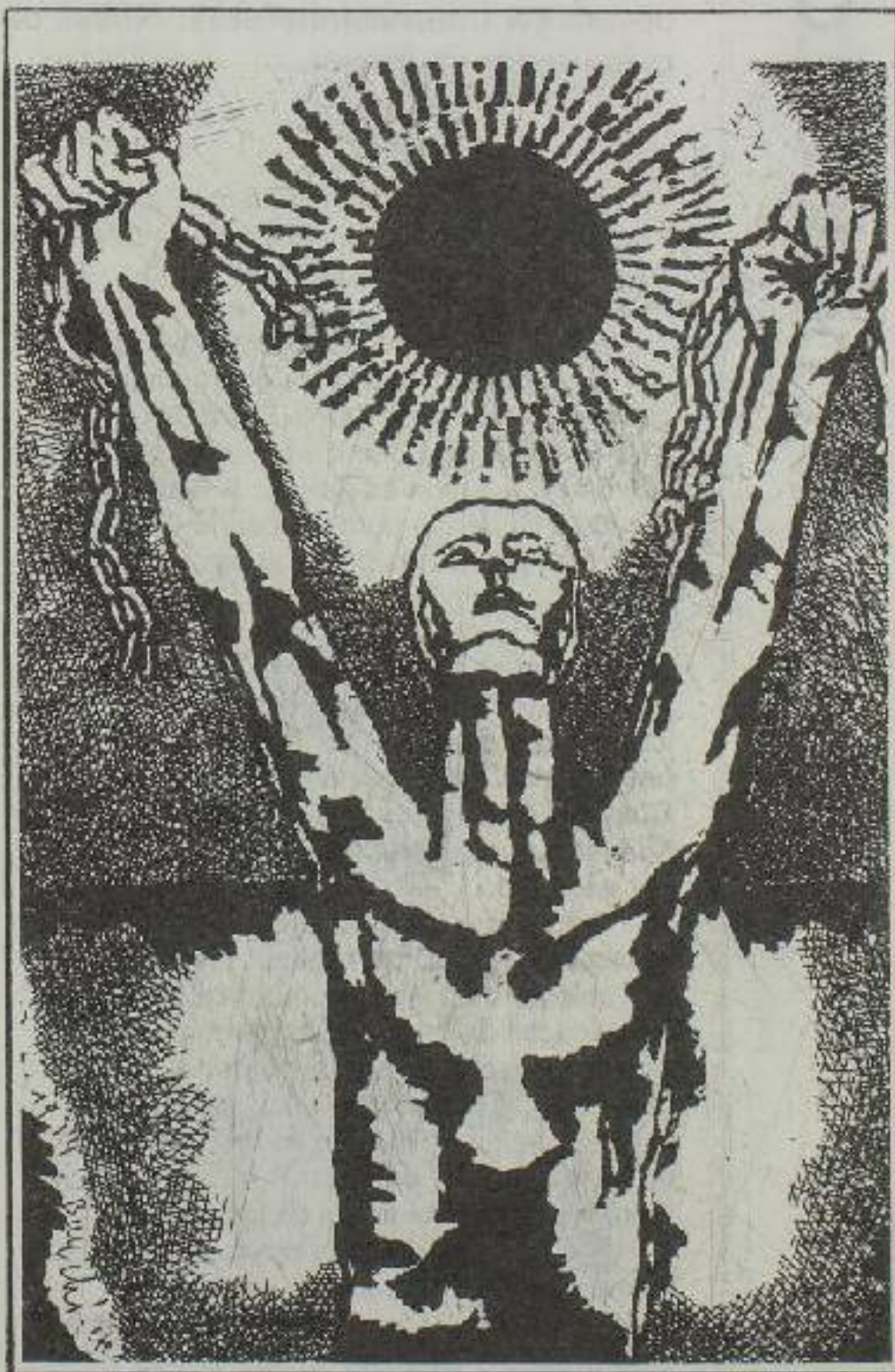
Não estou falando de folclore, no sentido comum. Tão pouco me referindo às aparências culturais, mas àquele jeito que caracteriza cada povo, cada raça; que a faz diferente de outras, e que por isso mesmo, pode compartilhar, conviver, somar, dinamizar, florescer e propôr alternativas para a sociedade que repudiamos.

Aqui está outra chave da questão. Somente os que estão fora do sistema opressor podem buscar alternativas fora da ótica do opressor. Setenta por cento (70%) do povo latino-americano está à margem do sistema vigente. Se nossa luta de integração visa integrar a todos os que estão à margem deste sistema num projeto alternativo, nossa luta deve dar-se fora dos muros deste sistema repudiado. Se prestarmos atenção, são poucos os que sobram dentro do muro; são poucos os ricos e privilegiados; são minorias os opressores e cada vez mais estão encurralados, trancados com cadeados e grades de ferro, guardados com vigias e cachorros, com medo. E o medo entrava iniciativas. Eles estão se entravando. Por isso, agredem, fazem ameaças, usam de todos os meios para se manter e manter seus privilégios.

Finalmente, a integração deve levar em conta o sentimento religioso que está impregnado na alma latino-americana, que às vezes se manifesta até de forma cultural. Talvez seja o sentimento religioso do povo latino-americano a raiz da resistência. Não estou sequer me referindo à cultura cristã. Os antigos e verdadeiros donos destas terras eram profundamente religiosos. E não só a vida, a luta, a natureza e o Deus estavam profundamente integrados. A mãe-terra alimentava a todos, os bons e os maus; o sol criava as condições de vida, já que é quase impossível viver nos Andes, sem o calor deste deus. O ser humano era um entre as criaturas destas diferentes formas de manifestação da divindade que está por cima, não para oprimir, subjugar, mas para nutrir, alimentar, libertar.

Dentro de um programa de integração deve-se considerar todos os aspectos como os que aludimos acima, sem os quais qualquer intenção de integração latino-americana se torna inviável.

Oxalá o SERPAJ/BRASIL, que nos últimos anos tem despertado para o abismo, que nos separa na imensidão do continente, possa desenvolver programas de ação para ir viabilizando uma verdadeira integração entre os que estão à margem e que desde a margem estão semeando uma nova esperança para todos os que têm sonhos de justiça e de liberdade.





Como fortalecer nossa militância ecológica?

Silvia Teresinha Gonçalves

Membro do Setor de Divulgação do SERPAJ/BRASIL

Colaboração: Carlos O. Aveline

Membro da União Protetora do Ambiente Natural (UPAN - São Leopoldo - RS)

ECOLOGIA

Atualmente há o fortalecimento de um sentimento ecológico em nível mundial. Não nos contentamos mais em apenas constatar os desastres e as violações "irracionais" no ambiente natural (apesar do homem auto-definir-se como ser racional). Queremos soluções práticas e não paleativas — os discursos demagógicos sobre a defesa do meio ambiente não surtem os mesmo efeitos que anteriormente. Notamos o crescente número das organizações, tanto no Brasil como a nível mundial, que estão deixando de lado a passividade, arregaçando de uma vez as mangas e partindo para a ação.

Temos uma razoável consciência ecológica. Sabemos como estão as coisas e como ficarão mais adiante, se a conscientização não gerar práticas ambientais saudáveis. Nesse artigo, queremos colocar a disposição de nossos grupos uma reflexão sobre a necessidade de termos uma estratégia clara e vitoriosa numa perspectiva ecológica e sobre a formação e informações necessárias para o militante nessa mesma perspectiva.

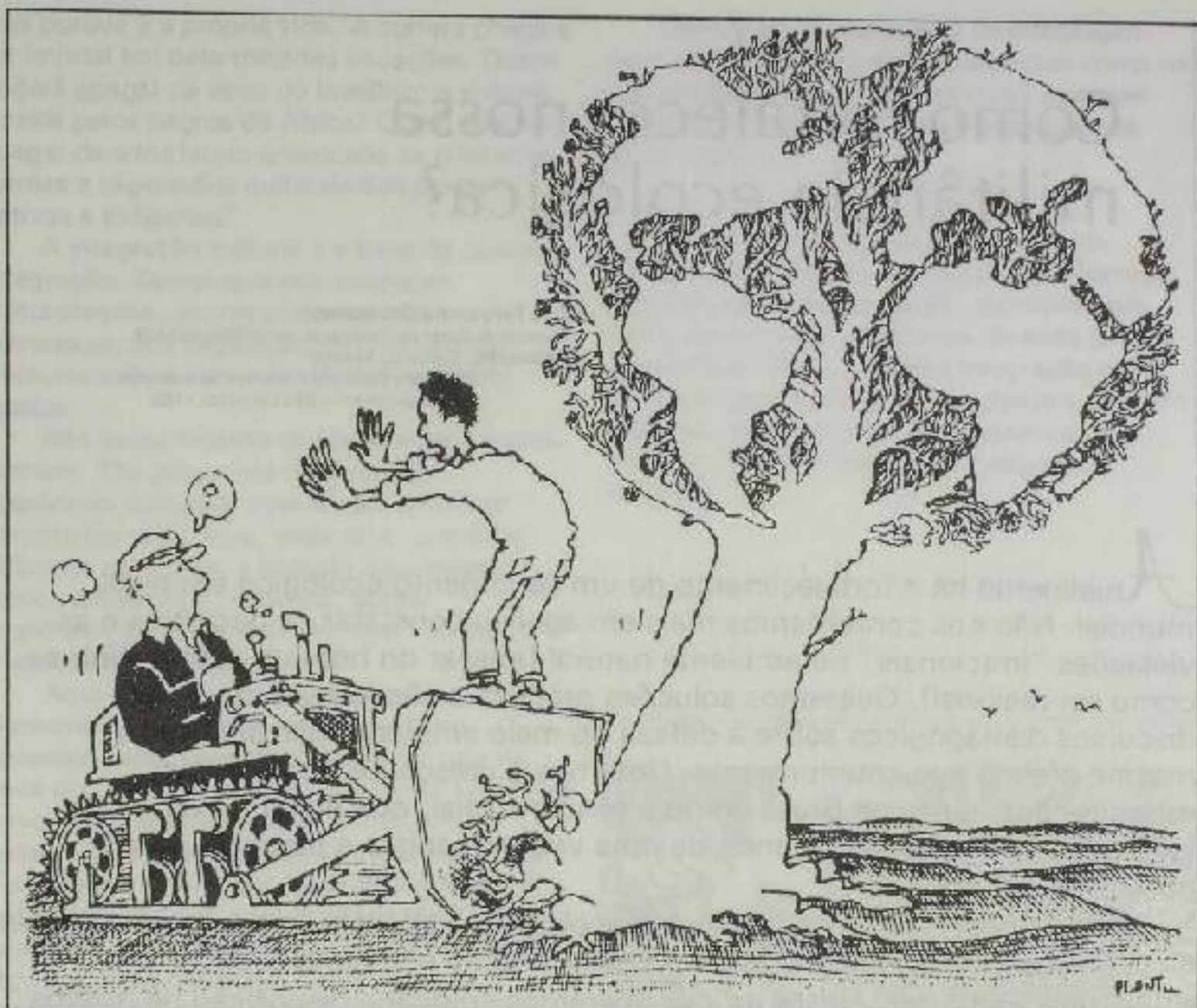
1 - Amazônia, patrimônio da humanidade, sendo destruída pelo progresso

Cientes da importância da região, o movimento ecológico brasileiro, já há muito vem se posicionando em defesa da Amazônia, com isso atraindo, contra si, as forças que, sem nenhum ressentimento, seguem a marcha da destruição.

Essa destruição sistemática da Amazônia, feita em nome do "progresso", teve maior desenvolvimento a partir de 1964, quando buscou-se uma industrialização acelerada. José Lutzenberger, ecologista defensor da Amazônia e "Prêmio Nobel Alternativo", relata que são várias as formas de devastação da floresta tropical. Num extremo, temos projetos gigantes: corporações brasileiras ou multinacionais, ou mesmo pessoas influentes, vão à Amazônia para multiplicar seu capital.

Entre elas temos gigantes como a Anderson Clayton, Goodyer, Volkswagen, Nixdorf Computer, Nestlé, Liqueigás, Borden, Kennecot Copper e o multibilionário americano Daniel Ludwig; estes são apenas uma fração da lista com centenas de nome. Estas empresas montam projetos enormes: fazendas de criação de gado, usinas de papel, monoculturas de uma só espécie de essências exóticas para polpa, imensas plantações de arroz, de cana-de-açúcar para o programa pró-álcool, serrarias e operações de mineração. Está tudo ajustado ao enriquecimento de pessoas poderosas de fora da região. Não há preocupação com as necessidades da população local, muito menos com o seu estilo de vida e cultura: é deslocada, marginalizada e alienada.

Uma questão que está gerando bastante controvérsia são os projetos de conversão da dívida externa em proteção ambiental. Solução ou conspiração? Ora, sabemos que



nossos recursos naturais nunca foram entregues tão facilmente como nos últimos anos, inclusive agora. Os enormes prejuízos para o equilíbrio ecológico da Amazônia provocam manifestações no mundo inteiro. Também o Banco Mundial (BIRD) não tem se mostrado favorável a fazer novos empréstimos ao Brasil, seja pela ineficiência e incompetência nas aplicações dos empréstimos anteriores, seja pelo receio de que estes novos empréstimos favoreçam ainda mais a devastação da Amazônia. É óbvio que o BIRD procura não se descuidar das chances de retorno dos empréstimos feitos, como também não se descuida do jogo de equilíbrio político, econômico e ecológico dentro do planeta. Seja como for, ele está atrapalhando os planos dos atuais donos do poder.

Seria ingenuidade ficarmos contra o progresso econômico. O que questionamos são os caminhos que este desenvolvimento toma e se, necessariamente, eles têm que passar pela destruição de nossas riquezas florestais, da nossa fauna e, principalmente, dos nossos povos indígenas. Pela importância da Amazônia para nós, brasileiros, e para o mundo, acreditamos que temos a responsabilidade de defendê-la, através da

pesquisa, da informação, da fiscalização, da cobrança de justiça e da luta pela elaboração de leis estaduais em defesa da ecologia.

II - Educação permanente: como se faz um militante ecológico?

Cabem aqui alguns comentários. O militante, como a semente de uma planta, deve ter um projeto para o futuro: voltado para o amanhã e mais precisamente para a materialização do que, hoje, é um potencial num processo de transformação. Surge assim um questionamento: que qualidades humanas o militante ecológico deve desenvolver, ou deixar que surjam em si, enquanto luta? Com a colaboração de Carlos Aveline vamos enumerar algumas:

a) *Senso de responsabilidade* — a sociedade atual nos educa para a acomodação, para a passividade. O senso de responsabilidade diante da vida e pela vida é uma das coisas mais importantes que o "sistema" tenta nos roubar e que devemos recuperar urgentemente.

"Uma organização ecológica respeitada e eficaz necessita gente ativa e que tenha convicção do que está fazendo. Mas isto não se consegue de um dia para o outro. Por isso é bom começar com poucos e ir construindo uma estrutura lentamente." (Org. Intern. das Unões de Consumidores - IOCU - 1985)

b) *Preparo intelectual* — as leituras, indispensáveis para que tenhamos uma plena visão da realidade que queremos transformar, aprofundam nossa consciência de maneira crítica e responsável, na medida em que selecionamos corretamente nossa bibliografia e nossos canais de comunicação. A ordenação e a profundidade das idéias que possuímos tem muitíssimo a ver com nossa capacidade de transmitir estas idéias a outros — portanto, idéias claras são essenciais para nossa ação. Ler, escrever, falar claramente o que se pensa aos amigos vale mais que assistir a mil cursos e palestras.

c) *Humildade* — tanto o senso de responsabilidade como o preparo intelectual podem fazer a gente sentir-se auto-importante. Contudo, só se é importante a medida em que se servir aos outros — o orgulho é uma praga tão perigosa como o agrotóxico. A humildade é um patrimônio inalienável, essencial que devemos ter, e que precisa andar lado a lado com o senso de responsabilidade.

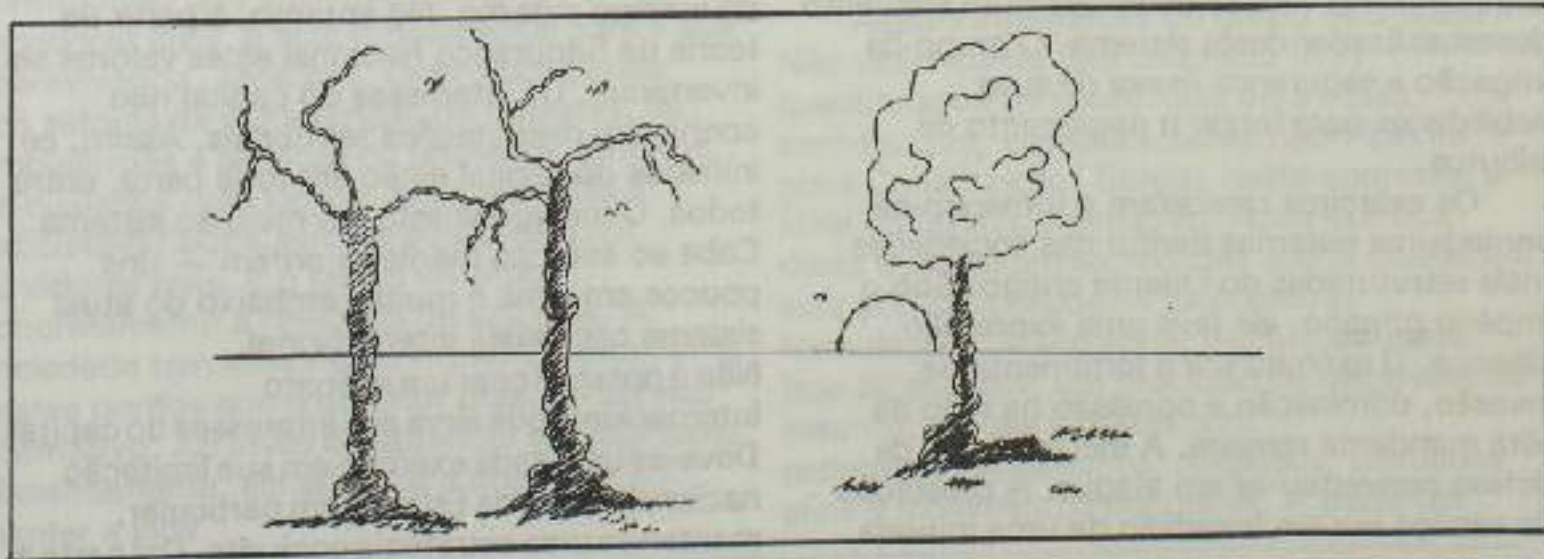
d) *Constância* — ela é o fio condutor que une os diferentes momentos da militância e dá a eles um sentido final no tempo infinito da humanidade em que respiramos hoje. Constância é outra das qualidades humanas prejudicadas pela cultura atual, que nos "ensina" a pular de galho em galho, e disfarça a falta total de conteúdos humanos da vida com a oferta incessante de novidades, todas fraudulentas e sem significado duradouro. A constância, pelo seu caráter duradouro, leva-nos a aprofundar a consciência, a vida e a ação que desenvolvemos.

e) *Flexibilidade* — significa andar sempre de olhos abertos e não querer encaixar fatos novos à força em teorias ou pontos de vista velhos, com os quais estamos acostumados. Significa ainda aceitar coisas em hipótese e depois com critérios práticos e uma paciência científica. Ser flexível implica em que a constância não está no que se diz, mas no que se busca, sobretudo.

f) *Otimismo* — há setores do movimento popular e comunitário que padecem de pessimismo. Lamentam-se constantemente das autoridades, colocando-se a si mesmos numa situação de perdedores. A questão ecológica é tão séria e urgente, que não temos tempo para perder batalhas. Precisamos ganhar, e precisamos que nossas vitórias sejam sempre maiores, ter um apetite cada vez maior para vencer, é medida em que a sociedade atual perde sua batalha contra as leis da natureza. Temos tudo a nosso favor, a favor da conscientização ecológica. Nossa situação objetiva leva ao otimismo. O sentimento de vitória também é patrimônio inalienável, faz parte dos móveis e utensílios. Que nos falte tudo, mas que não nos falte otimismo e confiança. Sem eles, não seríamos capazes de sair de casa nem desligar a televisão. Mas é com eles que o movimento ecológico assume sua voz e seu voto e aponta a direção para a sociedade atual. Todas as dificuldades estão aí é para ensinar-nos a ter uma vitória profunda e duradoura. Esta é a constatação, cientificamente correta, que concilia otimismo com o realismo.

g) *Emoção e afeto* — não se faz nada sem amor, e sem ele não pode haver nenhuma qualidade humana. É a amizade e o afeto que nos une na luta comum. É este afeto amigo que permite passar por cima dos nossos defeitos e diferenças, para aprendermos, juntos, com uns e outros. A amizade é resultado crescente da capacidade de amar ou de sentir-se responsável pela vida.

Assim, não por "modismo" ou por contingência imediata do momento histórico, devemos assumir de forma responsável e consciente, nossa militância ecológica para solucionar os problemas ecológicos que nos afligem. Iniciemos uma ação concreta em nossa realidade sem perder de vista o geral (precisamos pensar globalmente e agir localmente). Juntemos nossas forças e, com firmeza na luta, possamos ter a alegria da concretização de nossas esperanças.



Raízes históricas do Serviço Alternativo



Reine Luis Lebtog

Estudante de Teologia e militante do SERPAJ/BRASIL.
Núcleo São Leopoldo - RS

Colaborador: Tânia Regina Zamberlan
Professora e membro do Conselho Nacional
do SERPAJ/BRASIL

I — Origens históricas do exército

A origem dos exércitos se dá nas sociedades agrícolas do primitivo Oriente Médio. O grande desafio para o cultivo das terras da bacia dos rios Tigre, Eufrates e Nilo era a irrigação. Alguns agricultores se especializaram nas técnicas de irrigação abandonavam seus campos de cultivo. Estes eram plantados pelos outros integrantes do grupo. Os ex-agricultores, especializados em irrigação, prestavam este serviço com eficiência, gerando uma super-produção para os restantes membros da sociedade. Estes pagavam aos especialistas da irrigação com uma parte dessa super-produção. Assim, havia uma troca harmoniosa de favores, com base numa distribuição de serviços.

Esta forma cooperativa de produção, gerou a cobiça de outros grupos. Estes agrupamentos de solidariedade produtiva, muitas vezes eram saqueados por bandos eremíticos, vindos das regiões desérticas. Assim, surgiu a necessidade da auto-defesa destes grupos contra agressores estranhos aos mesmos. Os responsáveis pela irrigação foram destacados também para cuidar da defesa. Eles andavam com uma mão na pá-irrigação e com outra na lança-defesa. Uma frustração de safras poderia vir a se constituir num elemento desestabilizador deste sistema. O grupo da irrigação e segurança usava de suas habilidades para forçar o pagamento de tributos.

Os exércitos cresceram e tornaram-se verdadeiros sistemas dentro das sociedades mais estruturadas do Oriente antigo. Sob o império romano, ele teve uma expressão clássica. O exército era a ferramenta de invasão, dominação e opressão na mão da elite mandante romana. A incumbência da defesa converteu-se em ataque. A prestação de serviço era em benefício de uma minoria,

em detrimento da maioria, mantida a ferro e fogo. O seu sentido original havia se pervertido. O exército surgiu como uma força de serviço alternativo nas sociedades do Oriente antigo, porém esta função foi se alterando com o desenvolvimento histórico.

Nos últimos séculos, o exército ganhou uma função de expressão da força de um povo para se delimitar frente aos outros. Daí a sua função nas grandes guerras. Com o passar do tempo, os interesses nacionais geram a figura do inimigo externo. No entanto, a partir da teoria de Segurança Nacional estes valores se inverteram. Os interesses do capital não conhecem delimitações territoriais. Assim, os inimigos do capital estão em toda parte, entre todos. O inimigo já está em meio ao sistema. Cabe ao exército manter a ordem — uns poucos em cima e muitos embaixo do atual sistema capitalista internacional. Não é possível criar um exército internacional que sirva aos interesses do capital. Deve-se usar cada exército em sua limitação nacional, em cada Estado, em particular, mantendo uma estratégia conjunta. Daí parte a

Objeção de Consciência

explicação para a onda de golpes e ditaduras militares, nas últimas décadas, na América Latina.

II - Origens históricas da Objeção de Consciência

A Objeção de Consciência é um mecanismo social, baseado em princípios individuais que conduzem aos princípios coletivos, abrindo perspectivas do despertar e desenvolver da consciência social.

A medida que o exército se desenraizou e perdeu sua função original, no meio do povo se gestou a crítica ao mesmo. A análise crítica das monstruosidades cometidas pelos exércitos de todo o mundo, anulam os argumentos favoráveis ao engajamento dos jovens nesta instituição.

Neste sentido, a Objeção de Consciência quer ser um ato de dizer "NAO" à versão atual das Forças Armadas, à sua falsa ideologia de Segurança Nacional. É um dizer "SIM" ao Serviço Alternativo e ao compromisso com a sociedade civil. Trata-se de um ato de coragem em busca das fontes, da função original do exército.

Este pensamento e esta prática não são novos. Os migrantes alemães do sul da Rússia, no século XIX, negaram-se a servir nos exércitos russos. O Czar lhes permitiu um serviço alternativo. A região onde viviam, às margens do Mar Negro e Cáucaso, era extremamente árida. Estes jovens foram incumbidos de reflorestar a região. De seu serviço surgiram gigantescas florestas.

O princípio da Objeção de Consciência teve a sua formulação mundialmente conhecida em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos. De lá para cá, ela vem sendo introduzida em constituições de diversos países.

A República Federal da Alemanha, por exemplo, já tem há várias décadas, um serviço alternativo, estruturado e em atividade. A contribuição que a sociedade obtém destes servidores civis, é hoje fundamental para a sua sobrevivência. Inclusive, seria difícil pensar nos setores de manutenção de florestas, de ambulâncias e serviços de primeiros socorros, de cuidados com idosos, crianças órfãs e deficientes físicos, sem os quase cem mil servidores civis. É o jovem vivendo concretamente a realidade de seu país. A sociedade tem suas deficiências. É exatamente nestes pontos que o servidor presta o serviço alternativo. Ao invés de aprender a matar mais eficientemente, ele aprende a preservar e manter a vida.

III - Objeção de Consciência: ação em favor dos Direitos Humanos e da Paz

Vivemos numa sociedade que estimula o individualismo, a competitividade, a disputa, a agressividade, a guerra...

A proposta da Objeção de Consciência, não significa simplesmente uma rejeição ao serviço militar. Tem sentido mais profundo, podendo significar a tomada de consciência quanto à necessidade urgente de uma solução alternativa para os conflitos vividos, despertando a disponibilidade de engajar-se na luta em benefício da comunidade, exercendo atividades que contribuam para a implementação dos Direitos Humanos e em favor da Paz.

Tendo presente que "a guerra nasce na mente dos homens, e portanto, é na mente dos homens que devem ser construídos os fundamentos da Paz" (Preâmbulo da UNESCO), o serviço alternativo quer reconhecer concretamente o exercício do direito à liberdade de pensamento, consciência e religião, do direito à vida, do direito à paz e a ilegalidade da guerra, desenvolvendo nas pessoas a dimensão social e humana, estimulando a cooperação, a coletividade, a solidariedade, o respeito e a Paz.

A Objeção de Consciência, manifestada na opção pelo serviço alternativo, representa condição essencial para o respeito e a concretização de todos os Direitos Humanos, tanto econômicos e sociais quanto civis e políticos, proporcionando às pessoas a possibilidade de desenvolver capacidades básicas para que possamos chegar, todos, a viver plenamente.

IV - A caminhada histórica do serviço alternativo no Brasil

Em meados de 1984 configurava-se a possibilidade de se formular uma nova Carta Magna para o Brasil.

Alguns integrantes do grupo de Justiça e Não violência de São Leopoldo (RS) questionaram-se sobre: qual será nossa contribuição, especificamente não-violenta, à nova Constituição? Surgiu, neste contexto, a idéia do serviço alternativo. Após estudos desta questão em sociedades que já conhecem esta prática, chegou-se às primeiras formulações de proposta. Seguiu-se a esta fase de estudos, um processo de discussão do assunto. Houve debates com parlamentares gaúchos, religiosos, entidades afins e movimentos populares. A partir daí

houve um verdadeiro efeito "pesticida". A idéia espalhou-se pelo Brasil afora e ganhou corpo.

A proposta foi concretamente encaminhada à entidade e aprovada em assembléia do Regional Sul (Alvorada-RS) e em assembléia nacional do Serviço Nacional Justiça e Não-Violência — SERPAJ/BRASIL (São Paulo — 1986). Levamos a proposta à Comissão de Estudos do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (CONIC). Daí, a proposta, através dos representantes católicos romanos neste Conselho, chegou ao encontro dos bispos da CNBB, em Itaipó, São Paulo (Documento 36 — Por uma nova ordem constitucional, item 69). Neste encontro os bispos assumiram o serviço alternativo como uma sugestão do episcopado brasileiro para o Congresso constituinte. A Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB) em sua assembléia geral — Rio de Janeiro, 1986 —, aprovou uma proposta encaminhada pelos jovens evangélicos para a plenária de sua assembléia geral.

A possibilidade do envio de abaixo assinados com propostas populares à Assembleia Constituinte foi aproveitada pelo SERPAJ/BRASIL. A coleta de assinaturas deu o aval popular à proposta. Assim por diversos canais, a idéia do serviço alternativo ganhou a consciência e o voto da maioria dos parlamentares constituintes, chegando-se à formulação do artigo 143 da Constituição Brasileira.

V - Atualidade e perspectiva do serviço alternativo no Brasil

"O serviço militar é obrigatório nos termos da lei.

§1º — Às Forças Armadas compete, na forma da lei, atribuir SERVIÇO ALTERNATIVO aos que, em tempo de paz, após alistados, alegarem IMPERATIVO DE CONSCIÊNCIA, entendendo-se como tal o decorrente de crença religiosa e de convicção filosófica, ou política, para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar." (Artigo 143 da Constituição)

Este artigo, está formulado de forma bastante vaga e pouco objetiva, necessitando de regulamentação, através de lei ordinária. Mesmo assim, com a aprovação da proposta, está aberta à juventude, a possibilidade de opção. Enquanto esta lei não for regulamentada pelo Congresso Nacional, legalmente é possível usufruir do artigo, através do encaminhamento de um Mandato de Injunção, pois se está aprovado em Constituição, existe o direito concreto de beneficiar-se dele.

Para a regulamentação do artigo 143, o SERPAJ/BRASIL tem trabalhado incansavelmente. Depois de muitas discussões e análises chegamos a um projeto inicial, passível de mudanças à medida que vão sendo realizados contatos com parlamentares e demais pessoas ligadas ao serviço alternativo. Com este projeto, queremos garantir que o serviço alternativo seja um serviço prestado à sociedade civil, colaborando para o seu fortalecimento.

Diante disto, ainda temos muitos desafios. Além do acompanhamento dos trâmites legais a nível de Congresso Nacional, precisamos implementar uma ampla divulgação, através de cartazes, panfletos, artigos em jornais e revistas, enfim, utilizando todos os meios de comunicação aos quais podemos ter acesso.

Juntamente com estes passos, precisamos articular mais concretamente a proposta com outras entidades do movimento popular, sindicatos, associações, igrejas, partidos políticos, etc. tornando o serviço alternativo de interesse geral, conquistando espaços onde os jovens possam sentir-se seguros e confiantes de que é através da organização da sociedade civil que realizaremos o sonho da transformação das estruturas injustas e repressoras, buscando caminhos alternativos de convivência fraterna e vida digna para todos.

Estas são tarefas de todas aquelas pessoas que acreditam na possibilidade de uma sociedade livre, sem armas, onde se conquiste o reconhecimento concreto pelo direito à vida e à paz através do respeito dos Direitos Humanos fundamentais.



A recusa de servir ao exército pode significar a tomada de consciência quanto a necessidade urgente de paz e de uma solução alternativa para os conflitos internacionais, com o objetivo de conscientizar que o que deve ser eliminados são as causas das guerras.

ee Estatutos do Homem ee

Thiago de Mello

- Artigo 1.* Fica decretado que agora vale a verdade,
que agora vale a vida
e que de mãos dadas
trabalharemos todos pela vida
verdadeira.
- Artigo 2.* Fica decretado que todos os dias
da semana,
inclusive as terças-feiras mais cinzentas,
têm o direito a converter-se em
manhãs de Domingo.
- Artigo 3.* Fica decretado que, a partir deste instante,
haverá girassóis em todas as janelas,
que os girassóis terão direito
a abrir-se dentro da sombra;
e que as janelas devem
permanecer, o dia inteiro,
abertas para o verde onde cresce a
esperança.
- Artigo 4.* Fica decretado que o homem
não precisará nunca mais
dúvidar do homem.
Que o homem confiará no homem
como a palmeira confia no vento,
como o vento
confia no ar, como o ar confia no
campo azul do céu.
- Parágrafo único:**
O homem confiará no homem como um
menino confia em outro menino.
- Artigo 5.* Fica decretado que os homens
estão livres do jogo da mentira.
Nunca mais será preciso usar
a couraça do silêncio
nem a armadura de palavras.
O homem se sentará à mesa
com seu olhar limpo
porque a verdade passará a ser
servida antes da sobremesa.
- Artigo 6.* Fica estabelecida, durante dez séculos,
a prática sonhada pelo profeta Isaías,
e o lobo e o cordeiro pastarão juntos
e a comida de ambos terá o
mesmo gosto de aurora.
- Artigo 7.* Por decreto irrevogável fica estabelecido
o reinado permanente da justiça e
da claridade
e a alegria será uma bandeira
generosa para sempre
desfraldada na alma do povo.
- Artigo 8.* Fica decretado que a maior dor
sempre foi e será sempre não poder
dar-se amor a quem se ama
e saber que é a água
que dá à planta o milagre da flor.
- Artigo 9.* Fica permitido que o pão de cada
dia tenha no homem
o sinal de seu suor.
Mas que sobretudo tenha sempre
o quente sabor da ternura.
- Artigo 10.* Fica permitido a qualquer pessoa,
a qualquer hora da vida,
o uso de traje branco.
- Artigo 11.* Fica decretado, por definição,
que o homem é um animal
que ama e que por isso é belo,
muito mais belo que a estrela da
manhã.
- Artigo 12.* Decreta-se que nada será obrigado
nem proibido.
Tudo será permitido,
inclusive brincar com os rinocerontes
e caminhar pelas tardes
com uma imensa begônia na lapela.
- Parágrafo único:**
Só uma coisa proibida:
amar sem amor.
- Artigo 13.* Fica decretado que o dinheiro não
poderá nunca mais comprar
o sol das manhãs vindouras.
Expulso do grande baú do medo,
o dinheiro se transformará em
uma espada fraternal
para defender o direito de cantar
e a festa do dia que chegou.
- Artigo final:* Fica proibido o uso da palavra liberdade
a qual será suprimida dos dicionários
e do pântano enganoso das bocas.
A partir deste instante
a liberdade será algo vivo e transparente
como um fogo ou um rio,
ou como a semente do trigo,
e a sua morada será sempre no
coração do homem.

